Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. ANTONIO ARMANDO AMARAL DE CASTRO, Prefeito, CPF nº. 124.386.002-25, ao pagamento da importância de R\$51.283,00 (cinquenta e um mil, duzentos e oitenta e três reais), devidamente atualizada a partir de 23.10.2003 e, aplicar a multa de R\$25.641,20 (vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte centavos) pelo dano causado ao erário que deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.618

Processo nº. 2004/52237-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 046/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU e a SEPOF.

Responsável: Sr. JOÃO MARTINS CARDOSO FILHO – Prefeito à época.

Proposta de decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA. Formalizador da decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (art.195, §2º do Regimento)

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do Auditor, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a,b,c" c/c os arts. 41, 73 da Lei Complementar nº12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas no valor de R\$ 149.500,00 (cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais)e condenar o Sr. JOÃO MARTINS CARDOSO FILHO – Prefeito à época, C.P.F. nº. 038.234.402-25, ao pagamento da importância de R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais) atualizada a partir de 18.03.2004 e aplicar a multa de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), pelo dano causado ao erário, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.619

PROCESSO: 2004/53572-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 546/2002 e termos aditivos firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES e a SEPLAN.

Responsável: Sr. LUIZ DE FRANÇA SÓLON, Prefeito à época.

Proposta de decisão: Auditor EDILSON OLIVEIRA E SILVA. Formalizadora da decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 2º do art. 195 do Regimento).

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Auditor, com fundamento no art. 38, inciso III, alínea "a, b, c" c/c os arts. 41, 73 e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. LUIZ DE FRANÇA SÓLON, Prefeito à época, C.P.F. nº. 026.214.522-72, ao pagamento da quantia de R\$-1.862,50 (hum mil, oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), atualizada a partir de 03.12.2003 e aplicar as multas de R\$-372,50 (trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos) pelo dano causado ao erário e R\$-6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do

débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.620

Processo nº. 2005/51360-0

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 067/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ALTA e a SEPOF.

Responsáveis: Sr. ALUÍZIO DO NASCIMENTO PINTO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$130.000,00(cento e trinta mil reais), e aplicar ao Sr. ALUÍZIO DO NASCIMENTO PINTO, Prefeito à época, C.P.F. nº. 145.206.392-20, a multa no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.621

Processo nº. 2005/54068-0

Assunto: Prestação de contas referente ao convênio nº. 069/2003 e termo aditivo firmados entre a FUNDAÇÃO ESPECIAL DE AMPARO AO SERVIDOR DA UEPA e a SECTAM.

Responsável: Sr. CARLOS UBIRATAN DA SILVA SANTOS – Diretor Presidente.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas a,b,c c/c o arts. 73 e 74, inciso VIII da Lei complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. CARLOS UBIRATAN DA SILVA SANTOS, Diretor Presidente, CPF nº. 011.147.782-49ao pagamento da importância de R\$18.187,00 (dezoito mil, cento e oitenta e sete reais), atualizada a partir de 01.12.2004 e, aplicar as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas e R\$1.000,00 (um mil reais), pelo dano causado ao erário, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.623

Processo nº. 2006/50868-2

Assunto: Prestação de Contas da FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ, exercício financeiro de 2005.

Responsáveis: Sr. ANA MARIA GOMES CHAMMA, Presidente à época.

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES.

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas na importância de R\$ 40.147.847,76 (quarenta milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos), e

aplicar a Sra. ANA MARIA GOMES CHAMMA, Presidente à época, C.P.F. nº. 121.189.312-04, a multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, sendo observadas as recomendações do Departamento de Controle Externo deste Tribunal, quanto ao recebimento da multa esta que deve ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.625

Processo nº. 2006/51252-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 003/05, firmado entre a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 e a SECULT.

Responsável: Sra. ANA JÚLIA DE BACELAR MACHADO – Diretora à época.

Relator: Conselheiro ANTÔNIO ERLINDO BRAGA.

Decisão: **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso II e 74, inciso II da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas na importância de R\$ 43.266,63 (quarenta três mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), e aplicar a Sra. ANA JÚLIA DE BACELAR MACHADO, Diretora à época, a multa no valor de R\$ R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela infração à norma legal, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.626

PROCESSO: 2001/51319-7

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 411/2000 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO TAUÁ e a SEPLAN.

Responsável: Sr. RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ – Prefeito à época.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b", "c", c/c os arts. 41 73 e 74 inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ, Prefeito à época, CPF nº. 042.385.912-91, ao pagamento da importância de R\$159.277,45 (cento e cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), devidamente atualizada a partir de 26.09.2000 e, aplicar as multas de R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas e, R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais), pelo dano causado ao erário a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 43.627

PROCESSO: 2001/51191-9

Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 301/00, firmado entre a PREFEITURA DE BRASIL NOVO e a SEPLAN.